

UMA OBRA DIDÁTICA E SUAS DIFERENTES VERSÕES

Contato
Universidade de São Paulo
Departamento de História
Av. Prof. Lineu Prestes, 338
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
galg@uol.com.br

Antônia Terra de Calazans
Fernandes

Universidade de São Paulo
São Paulo - São Paulo - Brasil

Resumo

O texto compara diferentes publicações de um material didático, de José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, professor de História da Escola Normal de São Paulo, que lecionou entre os anos de 1880 e 1914. A primeira publicação foi em 1902, em uma revista para professores; a segunda, em 1903, no formato de livro didático pela editora Typografia Andrade & Mello; a terceira, sem identificação de data, pela editora N. Falcone & Comp.; e a quarta, em 1912, publicada pela Editora Francisco Alves. São analisadas as estruturas dos textos, alguns conteúdos, a concepção de história e alguns diálogos entre o autor e sua bibliografia. Em um contexto de predominância da história universal, com conteúdos da história sagrada, o autor organizou material com foco na história da civilização, afirmando ser uma versão mais moderna para a história. Mas sua obra expressava conflitos de um momento de transição, com novas tendências para o ensino e crenças religiosas da sociedade brasileira.

Palavras-chave

Livro didático – publicações didáticas – história da civilização.

A WORK TEACHING AND MANY DIFFERENT VERSIONS

Contact
Universidade de São Paulo
Departamento de História
Av. Prof. Lineu Prestes, 338
05508-900 - São Paulo - SP - Brazil
galg@uol.com.br

Antônia Terra de Calazans
Fernandes

Universidade de São Paulo
São Paulo - São Paulo - Brazil

Abstract

The text compares different publications of didactic material of José Corrêa Estácio de Sá e Benevides, a history professor of the Normal School of São Paulo, who taught between 1880 and 1914. The first publication was in 1902, in a magazine for teachers; the second in 1903 in textbook format by the publisher Typografia Andrade & Mello; the third, undated identification, a new book by the publisher N. Falcone & Comp.; and the fourth, in 1912, published by Editora Francisco Alves. The structures of the texts, some content, the conception of history and some dialogue between the author and his bibliography are analyzed. In a context of dominance of world history, with sacred history content, the author organized materials focusing on the history of civilization, claiming to be a more modern version of the history. But his work conflicts expressed a moment of transition, with new trends in teaching and religious beliefs of Brazilian society.

Keywords

Textbook – educational publications – history of civilization.

Introdução

(...) o livro de classe situa-se na articulação entre as prescrições impostas, abstratas e gerais dos programas oficiais – quando existem – e o discurso singular e concreto, mas por natureza efêmero, de cada professor na sua classe. O manual constitui um testemunho escrito, portanto permanente, infinitamente mais elaborado, mais detalhado, mais rico que as instruções que supõe preparar.
Alain Choppin.¹

Uma das possibilidades de estudar os processos de elaboração de materiais didáticos é o acesso a textos escritos por um mesmo autor em diferentes etapas de sua produção. Nessa perspectiva, este artigo tem intenção de analisar publicações diversas de um mesmo material didático escrito por um professor de História, que lecionou na Escola Normal em São Paulo nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. São comparados momentos distintos de uma mesma obra. A primeira publicação foi um texto apresentado a outros professores de materiais para subsidiar as lições que ele trabalhava com alunos em sala de aula; e as outras apresentavam momentos de formalização dessa produção no formato de livro didático, tendo sido elas impressas por editoras e épocas diferentes.

A primeira publicação foi feita em 1902. A Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo passou a editar, a partir desse ano, a *Revista de Ensino*,² uma publicação subsidiada pelo governo do Estado, de distribuição gratuita, que contava com a colaboração de textos de seus assinantes – diretores e professores das escolas paulistas. Nessa revista, na edição nº 2 de 1902, na seção “Pedagogia Prática”, o professor de História e Geografia, da Escola Normal da capital, José Estácio Corrêa de Sá e Benevides (1858–1914), com formação de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, iniciou uma série de publicações, que se seguiram (nº 3, 4 e 5, também de 1902),³ cujos textos foram utilizados como parte de seu livro *Lições de História da Civilização*, publi-

¹ CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. *Revista História da Educação*, vol. 6. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, n. 11, abr 2002, p. 5–24.

² *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1902, nº 2 a 5.

³ BENEVIDES, José E. C. de Sá e. Lições de História da Civilização. In: *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, op. cit., n. 1, 2 e 3, ano I, 1902, p. 234–246, 435–445 e 649–660.

cado em 1903 pela Typografia Andrade & Mello.⁴ O jornal *O Comércio de São Paulo*, ao longo do mês de março de 1903, na página de anúncios, dizia: “Lições de História da Civilização de José E. C. de Sá Benevides – Lente da Escola Normal – À venda em todas as livrarias”.⁵ O livro teve segunda edição pela editora N. Falcone & Comp.,⁶ e a 3ª edição pela Livraria Francisco Alves & C., em 1912.⁷ A mudança para essa última editora decorreu do fato de a Editora Falcone ter sido comprada pela Francisco Alves. No dia 4 de julho de 1907, o jornal *O Correio Paulista* anunciou: “Compra de uma livraria – A Livraria Francisco Alves acaba de fazer a aquisição da livraria Falcone, pela quantia de 250 contos, incorporando-a a sua filial desta cidade”.⁸

A análise das obras aqui envolve a confrontação das diferentes edições e restringe-se aos temas recorrentes nessas obras que abarcam a introdução aos estudos históricos e primeiras civilizações orientais. Nas edições do livro, os conteúdos prosseguiram com as civilizações clássicas até a civilização contemporânea e esses temas foram parcialmente comparados.

Ensino de História na Escola Normal de São Paulo

André Chervel,⁹ em seus estudos da história das disciplinas escolares, enfatiza a importância de analisar as finalidades de uma disciplina no seu papel de cumprir sua função educativa em diferentes realidades sociais e educacionais. Salienta ainda que as finalidades não podem ser encontradas unicamente nas propostas curriculares formais, mas que é preciso considerar as dimensões reais da escola, procurando responder a questão “por que a escola ensina o que se ensina?”.¹⁰ Nessa perspectiva, as obras di-

⁴ BENEVIDES, José E. C. de Sá e. *Lições de História da Civilização*. São Paulo: Typografia Andrade & Mello, 1903.

⁵ *O Comércio de São Paulo*, 19 de março de 1903, p. 4. Lições de História da Civilização (anúncio). Acervo da Biblioteca Nacional Digital – Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

⁶ BENEVIDES, José E. C. de Sá e. *Lições de História da Civilização*. 2ª edição. São Paulo: N. Falcone & C. Editores, s/d.

⁷ BENEVIDES, José E. C. de Sá e. *Lições de História da Civilização*. 2ª edição. São Paulo: Francisco Alves, 1912.

⁸ *O Correio Paulistano*, 4 de julho de 1907, p. 4. Compra de uma livraria. Acervo da Biblioteca Nacional Digital – Biblioteca Nacional. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

⁹ CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, n. 2, Porto Alegre, 1990, p. 177-229.

¹⁰ *Ibidem*, p. 190.

dáticas de José E. C. de Sá Benevides contribuem para algumas aproximações dos contextos e das finalidades do ensino de História da Escola Normal de São Paulo no início do século XX. E a história das disciplinas ministradas nessa Escola Normal contribui para melhor entendimento das obras didáticas de Benevides.

Inicialmente, sabemos que as obras do autor eram destinadas ao ensino de História da Civilização que, provavelmente, passou a fazer parte do currículo na década de 1890. Antes disso, porém, as disciplinas de história tinham outras denominações. Para melhor entender essas transformações no período, montamos uma tabela a partir dos dados apresentados no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo -1907 e 1908*,¹¹ organizado pela Inspeção de Ensino, que continha uma “Monografia histórica”¹² das escolas normais desde quando foram criadas na capital, e de algumas legislações da época, abarcando os anos entre 1875 e 1907.

¹¹ SÃO PAULO. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo – 1907 e 1908. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1908.

¹² Idem, 1908, p. 79.

Quadro 1

Ensino de História na Escola Normal de São Paulo, com base no Anuário do Ensino do Estado de São Paulo - 1907 e 1908 e outros documentos

Ano	Onde funcionava	Tempo de duração	Disciplinas de História	Ano escolar das aulas de História	Professor de História
1846-1867 Escola Normal masculina	Edifício contíguo da Sé	2 anos	—	—	Um só professor
1847-1856 Escola Normal feminina	Seminário das Educandas	2 anos	—	—	—
1875 (ambos os sexos)	<u>Masculino</u> : salas do extinto curso anexo da Academia <u>Feminino</u> : no Seminário da Glória	2 anos	Noções de História Sagrada, Universal e especialmente Brasil	2º ano	1875 – duas cadeiras – dr. Américo Ferreira de Abreu (2ª cadeira)
Pela lei de 1876, o programa foi modificado	—	2 anos	História Sagrada e Universal, História Pátria e Noções de Lógica	2º ano	4ª cadeira – dr. Antônio Augusto de Bulhões Jardim
1880 – novo regulamento – reabertura da Escola Normal	Prédio do Thezouro Provincial (em 1908 nele ficava a Câmara Municipal)	3 anos	História e Geografia” –Lei n. 130, de 25 de abril de 1880 – Geografia geral e de História do Brasil e especialmente da província, História Sagrada.	—	3ª. cadeira – dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides (nomeado em 24 de julho de 1880)***
1884	Edifício na rua da Boa Morte	3 anos	Elementos de Cosmografia, Geografia e História	—	3ª cadeira – dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides (também diretor interino da Escola Normal)
1888****	—	—	História do Brasil, História Sagrada e Resumo da História Universal	—	Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides

* SÃO PAULO. Lei nº 55, de 30/03/1876. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1876/Lei-55-30.03.1876.html>. Acesso em: abril de 2016.

** Anuário do Ensino do Estado de São Paulo -1907 e 1908, op. cit., p. 87.

*** SÃO PAULO. Relatório do diretor da Escola Normal. São Paulo: Typografia a Vapor de Vanorden & Comp., 1894, p. 98.

**** Programa de História apresentado a Congregação de Professores da Escola Normal de São Paulo em 1º de março de 1888 pelo dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides. In: MARTINS, Ritchie Soares Barbosa. O ensino de história na Escola Normal de São Paulo (1880-1890). Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2013, p. 135.

1890	Edifício na rua da Boa Morte	5 anos	Cosmografia, Geografia e História do Brasil	---	5ª e 6ª – cadeiras
1895****	Edifício na rua da Boa Morte	---	História do Brasil	1º ano	14ª cadeira – dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides
			História Geral	3ª ano	
1894*****	Novo edifício da Escola Normal (Prédio Caetano de Campos)	4 anos	História do Brasil	1º ano – 1ª série	9ª cadeira – dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides
				1º ano – 2ª série Livro adotado: <i>Epitome da História do Brasil</i> . 5ª. edição, do bacharel A. Moreira Pinto	
			História Geral	3º ano – 1ª série Livro adotado: SEIGNO-BOS. <i>Histoire de civilisation dans l'Antiquité</i>	
5º ano – 2ª série Livro adotado: SEIGNOBOS. <i>Histoire de civilisation au Moyen-Âge et dans le temps modernes</i>					
1907	Prédio Caetano de Campos	4 anos e 2 anos de Escola Complementar, com prática didática na Escola Modelo Complementar	História da Civilização e do Brasil	---	10ª cadeira – dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides

**** SÃO PAULO. Lei n. 169, de 7 de agosto de 1893. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

***** SÃO PAULO. Relatório do diretor da Escola Normal, op. cit., dados de 1895.

Pelo quadro acima, podemos constatar que, naquele período, o ensino de história foi ministrado na Escola Normal de São Paulo através de disciplinas que recebiam diferentes denominações. As modificações nos nomes representavam também mudanças nos conteúdos ensinados, mas, como veremos adiante, também permanências. A história sagrada, por exemplo, desapareceu nas indicações dos títulos na década de 1890, mas a moral e os ensinamentos cristãos encontraram seus espaços, no século XX, nas publicações de Benevides.

Circe Bittencourt, analisando o ensino de história no século XIX, identificou que

... a História Sagrada era ensinada de forma obrigatória nas escolas de nível médio e nas escolas de primeiras letras públicas durante o Império, com exceção de um curto período, na vigência da reforma de Leôncio Carvalho de 1878. E, a partir do regime republicano, a História Sagrada perdeu seu caráter de obrigatoriedade no ensino público.¹³

Porém, os conteúdos religiosos disseminados em diferentes textos escolares, como nos livros de leitura, nas cartilhas e nos compêndios de história,¹⁴ permaneceram por mais tempo nas escolas, como veremos.

Segundo Alain Choppin, a secularização dos conteúdos dos livros destinados à escola passou a ocorrer na Europa ao longo do século XIX. Na França, “a laicização dos programas e a exclusão na escola pública de todos os manuais de ensino de religião, em 1882, provocou uma divisão não somente do sistema educativo, mas também no contexto de uma ‘guerra dos manuais’ da edição escolar”.¹⁵ Segundo Circe Bittencourt, foi através das obras do historiador francês Charles Seignobos que a defesa de uma história europeia republicana e positivista chegou ao Brasil, influenciando os professores e autores de livros didáticos.

Segundo a autora, a designação dada à história ensinada significava diferenças de versões para o ensino de história. “História Universal era uma versão mais tradicional, dominada pela visão da Igreja Católica”. E a tendência de conhecer a versão civil e laica da história da civilização, que se

¹³ BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, vol. 13. São Paulo, n. 25/26, set.92/ago.dez 1993, p. 193-221, p. 199.

¹⁴ Idem, p. 199 -200.

¹⁵ CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. *História da Educação*, vol. 13, n. 27, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, jan/abr 2009, p. 9-75, p. 47. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>, Acesso em setembro de 2015.

fundava na linha positivista, prevalecia nas escolas públicas secundárias. Mas, nas duas versões estava traçado o objetivo maior do ensino de história: “introduzir e identificar os jovens da elite brasileira com o mundo civilizado moderno e capitalista”.¹⁶

A História estruturada para os cursos secundários do historiador francês marcou fortemente a produção didática nacional e conseqüentemente seu ensino. O tema “civilização e progresso” foi incorporado sem grandes contestações pela elite nacional. A maioria dos livros de História da Civilização escritos por brasileiros assumiu esta versão francesa e o discurso dos países imperialistas, e utilizava os mesmos argumentos para justificar a dominação europeia sobre nós.¹⁷

O exemplo de manual de história da civilização, citado como exemplo pela historiadora, foi o livro de José Estácio Corrêa de Sá e Benevides. Todavia, entre a década de 1880 e as duas primeiras décadas do século XX, os demais manuais de história geral, publicados e adotados nas escolas brasileiras, permaneceram com o título de história universal. O título história da civilização só passou a ser difundido no Brasil, com maior recorrência, a partir das reformas educacionais da década de 1930.¹⁸

A análise comparativa das diferentes versões publicadas das *Lições de História da Civilização* do professor Benevides contribui, assim, para aprofundar estudos desse momento de transição, entre as versões com tendências de valores cristãos para versões de caráter histórico laico e positivista.

Finalidade das obras

Por que o professor José E. C. de Sá e Benevides sentiu-se motivado a escrever as aulas que ministrava no formato de material didático? O que sabemos é que ele não foi o único. Foi também o caso de Joaquim Manuel de Macedo, Luís de Queirós Mattoso Maia, Antônio Álvares Pereira Coruja e Rafael Maria Galanti, professores de história que transformaram as suas experiências didáticas na escrita de manuais escolares. Circe Bittencourt, que vem estudando a história dos livros didáticos, explica que, no século XIX e ao longo do XX, muitos professores costumavam organizar as lições para

¹⁶ BITTENCOURT, Circe, op. cit., p. 208.

¹⁷ Ibidem, p. 206.

¹⁸ Antes da década de 1930, além do livro de Sá e Benevides, Oliveira Lima publicou *História da Civilização* em 1921 pela Editora Melhoramentos.

suas aulas em obras para publicação, e que isso pode ser explicado por conta da expansão das escolas públicas e dos convites feitos aos educadores das novas instituições, pelas editoras, para serem autores de livros didáticos.¹⁹ ²⁰ Esse foi o caso do professor Benevides, com longa experiência no magistério. Já lecionava na Escola Normal há mais de vinte anos, quando se empenhou na escrita de suas lições de história.

A primeira publicação foi na *Revista de Ensino* em 1902. Em carta enviada ao seu redator-chefe,²¹ Benevides explicitou a finalidade do seu material: tinha a intenção de “facilitar o trabalho daqueles que iniciam a sua carreira de estudos”, com o desígnio de “formar mais tarde um volume” para uso de seus discípulos, com o qual poderiam adquirir noções gerais para consolidar seus conhecimentos. O texto não apresentava novidades para os que dominavam o assunto, mas era decorrente de leituras e consulta a diversas obras, e dirigido àqueles que não dispunham de tempo para consultar diferentes expositores e nem coordenar leituras. Confirmando essa ideia, na indicação das fontes bibliográficas das edições posteriores, Benevides as apresentava como “...as fontes desta recopilação”.

No prefácio da primeira edição do livro, complementava afirmando:

A falta de um Compendio adaptavel a todas as partes do respectivo programma official de ensino; a difficuldade com que luctam os alumnos, devida principalmente à escassez do tempo, para consultar differentes expositores e coordenar suas leituras; e o meu dever de bem preparar aquelles que aspiram, com a vida de futuros professores, à posteriores e mais completos estudos e conhecimentos – motivaram esta tentativa. O trabalho que publico sob o título “Lições de História da Civilização”, pois, tentando participar ao mesmo tempo da natureza dos “Compendios” e dos “Expositores” visa apenas facilitar o estudo e melhorar as condições de habilitação de meus discípulos. Cumpre dizer que é o resultado não só de consulta e leitura como também de reprodução de alguns trechos, entre outras, das obras seguintes (...).²²

Como veremos em análise dos conteúdos das obras de Benevides, mesmo sendo compilações, tendiam a expressar tendências e abordagens escolhidas pelo autor. Nesse aspecto, era uma obra que anunciava algumas transformações na história das produções didáticas. Segundo Alain Choppin,

¹⁹ BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 145.

²⁰ BITTENCOURT, Circe. Autores e editoras de compêndio e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, vol. 30, n. 3, São Paulo, set/dez 2004, p. 475-491, p. 483.

²¹ *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*, op. cit., n. 2, 1902, p. 368.

²² BENEVIDES, José E. C. de Sá e, op. cit., 1903, p. 3.

entre o século XVIII e o XIX, muitas publicações que tinham usos diversos, inclusive escolares, eram resumos abreviados de obras científicas, destinadas a divulgar conhecimentos em geral. Mas, com a progressiva formalização e seriação da escola e organização das disciplinas escolares, os manuais tenderam a ser estruturados com desígnios mais específicos, considerando o tipo de conhecimento, a estrutura dos saberes e a idade dos leitores. Nesse processo, muitas obras apresentavam formatos mistos: difusão de conhecimento científico e uso escolar.²³ Os livros de Benevides apontam de algum modo para essa perspectiva de manuais em transformação.

Organização das publicações

José E. C. de Sá e Benevides foi professor entre os anos de 1880 e 1914.²⁴ Depois de mais de vinte anos de magistério, passou a publicar em formato de livros as lições que ministrava aos estudantes. Publicou para o ensino de história, *Lições de História da Civilização* (1903); *Lições de História do Brasil* (3ª edição, 1912); *Resumo de História do Brasil* (7ª edição, 1911).

Comparar as lições elaboradas por um professor para ministrar suas aulas na escola e seus textos reorganizados no formato de livro didático possibilita avaliar, além dos conteúdos desenvolvidos e suas finalidades educativas, também a interferência do processo editorial na construção de manuais de ensino; as especificidades dos diferentes tipos de publicação; e as mudanças na composição do texto, na medida em que passa a ter fins diferentes ou ampliados. Mas, como alerta Roger Chartier, deve-se evitar a ilusão da possibilidade de ter acesso aos textos considerados “originais” e compará-los aos textos editados. Mas é importante ter a oportunidade de “tornar explícita tanto a preferência a uma das diversas formas registradas do trabalho quanto as escolhas concernentes à materialidade do texto”.²⁵

Como explica Chartier, qualquer mudança no formato e no suporte do texto interfere no modo como o leitor entende que deva realizar a leitura e também no seu sentido semântico.²⁶ Nessa perspectiva, na comparação dos dois tipos de publicação (revista e livro) de Benevides, é possível afirmar que apresentavam formatos e meios de difusão diferentes, mas tinham finalida-

²³ CHOPPIN, Alain, op. cit., 2009, p. 32-33.

²⁴ MARTINS, Ritchie Soares Barbosa, op. cit., 2013, p. 92.

²⁵ CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002, p. 41.

²⁶ *Ibidem*, p. 59-62.

des semelhantes – de auxiliar no estudo escolar –, se considerarmos que, na revista, o texto derivou de aulas. Os títulos dados às três publicações analisadas mantiveram a denominação de “lições”, remetendo o material para sua finalidade, ou origem, de subsidiar trabalhos escolares. Esse tipo de designação para manuais era frequente no século XIX e no início do XX, como nas *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo (1861), *Lições de História Pátria* de Américo Braziliense (1876) e *Lições de História do Brasil* de Antônio Alvares Pereira Coruja (1877).

Quanto aos leitores das lições de Benevides, é possível dizer que os textos publicados na revista eram destinados aos educadores, por conta da finalidade do periódico, em uma seção na qual era possível o formato de lições escolares. No caso dos livros, os leitores poderiam ser alunos e professores, e também um público diverso, pois mesmo tendo os livros títulos de lições, os capítulos internos estavam organizados por temas históricos.

Em outro aspecto, as publicações contribuía para ampliar o prestígio desse professor catedrático. Os primeiros textos foram publicados em revista especializada, sem fins lucrativos, mas que favorecia divulgação do trabalho docente e autoral. Já os livros didáticos eram mercadorias da indústria editorial, sendo oferecidas a um público mais amplo e com interesses comerciais.²⁷ Nessa perspectiva, o livro *Lições de História da Civilização* incorporou esse fim. Teve várias edições, foi divulgado no jornal, na página de anúncios junto com outras mercadorias. E, por ter sido oficialmente aprovado pelo governo do Estado de São Paulo, deve ter alcançado boa vendagem, indicada pelas três edições. Naquele contexto, as editoras preferiam autores oriundos de colégios públicos e com boas referências, porque “difícilmente seus nomes seriam vetados pelos conselhos educacionais que avaliavam as obras didáticas”.²⁸

As publicações correspondiam, com algumas semelhanças, aos programas aprovados na Escola Normal de São Paulo, onde Benevides ministrava aulas. Em 1888, por exemplo, a disciplina recebia o nome de História Universal, mas o índice era muito semelhante às lições publicadas na *Revista de Ensino* de 1902, mesmo que sua denominação fosse História da Civilização. Em ambos – programa e revista –, os estudos iniciavam com métodos, fontes e divisões da história; e seguiam para um item chamado “Elementos modificadores da História”. Na revista, porém, esse item era complementado pelos te-

²⁷ CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação & Pesquisa*, vol. 30, n. 3. São Paulo: FEUSP, set/dez 2004, p. 564.

²⁸ BITTENCOURT, Circe, op. cit., 2004, p. 482.

mas: “meio e raça; raças cultas e incultas; raças históricas”. Esses temas e seus desdobramentos permaneceram na primeira e na segunda edição, mas desapareceram do livro de 1912. Apenas na segunda edição o texto desse item foi ampliado em duas páginas, sem um subtítulo, onde o autor complementava as informações da “história moderna” a respeito da origem humana com a observação de que a explicação científica não estava em contradição com os ensinamentos da Bíblia. A análise dos conteúdos ensinados nos manuais apontava, como veremos adiante, as transformações que estavam ocorrendo nas fundamentações teóricas que sustentavam as explicações históricas.

Apesar de a disciplina ser, em 1888, denominada de História Universal, havia a constância de estudar as “civilizações”. Ao longo de todo o programa da Escola Normal, emergiam as civilizações antigas, modernas e contemporâneas. Essa mesma ocorrência podia ser observada também nos diferentes manuais de outros autores que recebiam o título de História Universal.

Organização dos conteúdos

As publicações das *Lições de História da Civilização* de autoria de Benevides eram diferentes na composição. Na revista, foram publicadas apenas as lições correspondentes à apresentação dos estudos históricos e à história antiga oriental, enquanto que, nos livros, os conteúdos prosseguiram até a civilização contemporânea. O texto da revista continha uma introdução geral e seis “lições” com a história de sete povos: egípcios, assírios e babilônios, fenícios, hebreus, arias (indianos) e iranianos. A primeira edição do livro era semelhante a essa organização apresentada na revista, com a diferença de introduzir duas novas lições referentes às civilizações antigas: “7ª lição – Os gregos e sua civilização; 8ª lição – Os romanos e sua civilização”.

Por sua vez, na segunda edição do livro, a obra iniciava com o item “Noções preliminares”, com subdivisões semelhantes ao texto da revista, mas sendo acrescentada uma “Introdução” ao item Antiguidade oriental; a divisão entre Antiguidade oriental e Antiguidade clássica; e o acréscimo de um novo item na Antiguidade oriental – “7 – Dos chineses”. Os títulos dos subitens perderam ainda a designação de “lições” e o complemento “(...) e sua civilização”. Na terceira edição, mais reduzida, a introdução recebeu o título “Proêmio”. Era, então, um texto único e diminuído, mas recebeu, no final, três parágrafos novos com crítica à história universal.

As publicações mantinham semelhanças enquanto temáticas, mas na revista e na primeira edição, os textos estavam organizados em lições e cada uma das lições correspondia à história de um povo. Já nas duas últimas edi-

ções do livro, o tema da Antiguidade oriental estava dividido pelos nomes dos povos. Na revista, na primeira e na segunda edição, o estudo dos povos antigos estava dividido em itens: a) "O território"; b) "Resumo histórico"; c) "A civilização"; e, na terceira edição, os temas não tinham subdivisões internas, com exceção de traços sem títulos. Na versão da revista e na primeira edição do livro ficava mais evidente a preocupação metodológica e didática de um professor em distinguir cada "lição" e a sequência em que cada uma devia ser estudada, já que eram todas numeradas. E, nas diferentes publicações, talvez por serem destinadas a um grau de ensino mais elevado, não existiam exercícios, questionários, resumos ou orientações para pesquisas.

Os textos do item "O território", introduzindo os estudos dos povos e apresentando as características da paisagem geográfica, foram excluídos da terceira edição do livro de Benevides, junto com a supressão dos textos introdutórios que explicavam quais eram os elementos modificadores da história. Foi eliminado também o texto sobre as "raças" e a origem do homem sobre a terra. Apenas na segunda edição do livro, há um texto de pouco mais de duas páginas reelaborando as explicações científicas da origem do homem a partir dos princípios bíblicos. "Estarão por ventura as afirmações modernas, que acabámos de expor sucintamente, em oposição ao que nos é ensinado pela Bíblia com relação ao aparecimento do homem sobre a terra? Não absolutamente".²⁹

Na confrontação entre as publicações de Benevides é possível constatar muita semelhança entre o texto da revista e das duas primeiras edições, mas com ampliação na segunda edição. Nessas obras, na introdução, havia textos explicando a missão do historiador, as diferenças entre a história escrita na Antiguidade e a história moderna, os métodos empregados nos estudos históricos, as fontes históricas, a divisão da história em idades, os elementos modificadores da história e a origem do homem na terra. Na terceira edição, estas explicações foram eliminadas, e permaneceu apenas a afirmação da história como ciência, as divisões da história e um parágrafo novo na defesa da história da civilização. As mudanças nos títulos e nas subdivisões internas do livro, na terceira edição, indicavam preocupações com textos mais concisos e objetivos e, provavelmente, uma preocupação maior com a diversidade de leitores que poderiam fazer uso variado do material.

²⁹ BENEVIDES, José E. C. de Sá e, op. cit., s/d, p. 25.

Nas diferentes publicações, houve poucas mudanças na construção das frases. Apenas na terceira edição foram feitas interferências nos parágrafos, integrando-os de modo que ficaram mais longos. Ainda nesta edição, muitos textos foram suprimidos – a primeira edição tinha 311 páginas; a segunda, da Editora Falcone, contou com 309 páginas; e, a terceira, da Francisco Alves, com 238. A “Introdução”, que na terceira edição correspondia a duas páginas, na publicação da revista abrangeu treze, e na segunda edição, quinze. De modo geral, os cortes da terceira edição estavam relacionados às citações de fontes documentais ou de outros historiadores, dados mais específicos de ações de governantes ou, ainda, julgamentos e avaliações a respeito dos povos e suas raças.

Existiam algumas tendências que explicitam certas escolhas de redução de texto na terceira edição. Algumas frases eliminadas tinham adjetivos que enfatizavam avaliações dos povos antigos a partir de determinado parâmetro de desenvolvimento civilizatório, condenando manifestações religiosas e ausência de pensamento abstrato, racional ou científico. Muitos desses discursos foram cortados na terceira edição. Por exemplo, dela não constavam os textos abaixo inclusos da publicação da revista:

Apesar, porém, de feição monoteísta da religião, foi ela eivada do mais grosseiro fetichismo pela simples razão de que o vulgo ignorante, não podendo elevar-se à região das concepções abstratas, exigia o material para satisfação de sua religião.⁵⁰ Sua influência, entretanto, foi algumas vezes nociva pela sua religião sensual e sanguinária.⁵¹ Esta civilização, a não ser o elemento religioso e a organização administrativa, ficou muito abaixo da Assíria e da Babilônia.⁵²

As avaliações atribuídas aos povos a partir de hierarquias nos modos deles pensarem e viverem suas religiões, tão frequentes nas primeiras publicações de Benevides, remetiam às ideias disseminadas no século XIX sobre a ciência e o processo civilizatório europeu, como as defendidas pelo historiador Louis Bourdeau (1824–1900), autor do livro *L'histoire et les historiens* (1888), indicado em sua bibliografia:

Auguste Comte sistematizou a lei, indicada por Turgot, segundo a qual as concepções gerais da mente humana eram expressas, primeiro sob a forma de símbolos teológicos, em seguida passando para uma fase de interpretações metafísicas e, finalmente, até o

⁵⁰ BENEVIDES, José E. C. de Sá e, *Revista de Ensino*, 1902, op. cit., p. 439, sobre os egípcios.

⁵¹ *Ibidem*, p. 654, sobre os fenícios.

⁵² *Ibidem*, p. 866, sobre os persas.

estado de conhecimento positivo. A religião, a filosofia e a ciência representam graus de iniciação do espírito em direção à verdade.

Durante cada uma destas fases, o pensamento percorre estágios específicos. Religiões parecem ter o fetichismo como ponto comum de partida de todas as populações selvagens; depois personificam divindades especiais, em um politeísmo restrito, das forças da natureza e das faculdades humanas; o monoteísmo traz a pluralidade de deuses a uma unidade: finalmente a crença em um deus distinto do mundo vai se perder nas profundezas do panteísmo.⁵⁵

Sobre os cortes dos textos didáticos na terceira edição, Alain Choppin contribui para um melhor entendimento desse processo editorial explicando que

se um livro de classe é necessariamente redutor, as escolhas que são operadas por seus idealizadores tanto nos fatos como na sua apresentação (estrutura, paginação, tipografia etc.) não são neutras, e os silêncios são também reveladores: existe dos manuais uma leitura em negativo!⁵⁴

Outros textos, excluídos da terceira edição, apresentavam exemplos de fontes históricas ou indicação de nomes de autores de textos citados. Em alguns casos, as citações permaneceram, mas sem qualquer indicação de sua referência autoral. Autores e títulos só foram listados no final dos livros.

Ao suprimir alguns julgamentos sobre os povos antigos, as indicações de fontes documentais e os nomes de autores, na terceira edição, foi moldado um manual com um estilo mais imparcial e mais centrado nos acontecimentos. Reduziu também a ênfase nas ideias religiosas recorrentes nos manuais de história universal (apesar de o autor ainda relutar e introduzir uma história dos hebreus baseada unicamente na Bíblia). Assumia, assim, uma versão mais concisa e, em parte, mais “científica” da história.

Na comparação com outro autor de compêndio de história universal e as versões de Benevides, é possível identificar essas mudanças.

⁵⁵ BOURDEAU, Louis. *L'histoire et les historiens – Essai critique sur l'histoire considérée come science positive*. Paris: Ancienne Librairie Gerner Bailliére et Cie. Félix Alcan, Éditeur, 1888, p. 375. (Texto traduzido para o artigo).

⁵⁴ CHOPPIN, Alain, op. cit., 2002, p. 22.

Quadro 2

<i>Compêndio de História Universal, de padre Raphael M. Galanti</i>	<i>Lições de História da Civilização, 2ª edição, de José Estácio Corrêa de Sá e Benevides</i>	<i>Lições de História da Civilização, 3ª edição, de José Estácio Corrêa de Sá e Benevides</i>
Tema: A origem do homem		
<p>“Deus, depois de tirar do nada, por um acto de livre vontade, o mundo e o quanto nelle se encerra, creou finalmente o homem, colocando-o em um jardim de delicias, chamado Eden.”⁷</p> <p>“<i>Origem do homem</i> – ensina a Revelação que todos os homens descendem de um único par...”⁸</p>	<p>“A existência do homem pre-histórico foi revelada pelo descobrimento de instrumentos de pedra, mais ou menos grosseiramente fabricados e adaptados a diferentes usos...”⁹</p> <p>“Moysés expõe em termos claros e precisos a criação do homem. Distingue no composto humano duas partes essencialmente diferentes – o corpo e a alma. O homem foi feito à imagem e à semelhança de Deus, e apareceu em ultimo lugar na ordem das criações sucessivas.”¹⁰</p>	<p>Nada consta.</p>

O que permaneceu nas diferentes publicações de Benevides, mantendo coerência com as propostas de defesa de uma história moderna, foi a narrativa que privilegiava o modo de vida econômico dos povos, seus costumes e religião. Diferia, assim, dos compêndios de história universal, que davam ênfase à história política de governantes, datas, guerras e expansões de impérios.

Fator geográfico como modificador da história

Um caminho para entender o conteúdo ensinado no material didático de Benevides é questionar as premissas que o autor considerou para selecioná-lo e como as escolhas eram decorrentes de conhecimentos próprios de sua época. Ou seja, sua escrita era permeada por conceitos e modos específicos de entendimento histórico e pode ser esclarecedor tentar compreendê-los historicamente.

Na composição dos primeiros textos, há uma grande presença, por exemplo, de conteúdos geográficos posteriormente eliminados na edição de 1912. Cabe questionar os vínculos entre conhecimentos históricos e geográficos naquela época, já que sabemos que, ao longo do século XX, passaram a ser distintos e especializados, estando a geografia ausente em grande parte dos livros didáticos contemporâneos de história.

Alguns livros didáticos de história universal, no final do século XIX e início do XX, apresentavam a sociologia como a ciência de referência que estudava as leis de funcionamento das sociedades humanas. Afirmavam tam-

bém que à história cabia narrar os fatos notáveis sucedidos nas sociedades civilizadas. E avaliavam a posição geográfica, onde viviam os povos, como um dos fatores modificadores da história, considerando, então, a geografia como de primeira importância como ciência auxiliar.

O espaço geográfico era considerado como fundamental para os povos desenvolverem civilizações, ou seja, o papel do ambiente físico nas conquistas e progressos civilizatórios. Nesse aspecto, o conhecimento histórico era dependente dos saberes geográficos que pareciam ser a primeira premissa para explicar o meio que garantia a conquista de riquezas por determinado povo, e que justificava seu desenvolvimento e seus avanços técnicos. A civilização e seus progressos eram consequência, assim, da natureza favorável do território ocupado.

O vínculo entre a história e o meio geográfico remonta ao texto de Jules Michelet (1789–1874), quando escreveu *História da França* (1833) e defendeu a ideia de que a ação do homem também podia ser modificada pela ação do meio social e biológico. Nesse aspecto, procurava acrescentar contingências mais concretas e vivas à história.

O material, a raça, o povo que a continua, pareciam-me precisar que as colocasse por baixo uma boa base, a terra que os sustentava e os alimentava. Sem uma base geográfica, o povo, o actor histórico, parece andar no ar como nas pinturas chinesas em que falta o solo. E notem que esse solo não é apenas o teatro da nação. Pelo alimento, o clima, etc., influi aí de cem maneiras. Filho de peixe sabe nadar. Tal pátria, tal homem.³⁵

Em coerência com essa perspectiva de estudos históricos, Benevides, nas duas primeiras versões, introduziu a história de cada povo a partir de seu ambiente geográfico. Por exemplo, adentrou assim na história dos fenícios:

A Fenícia, estreita nesga de terra de 259 quilômetros de comprimento e de 50 quilômetros de largura, situada entre a cadeia do Líbano e o Mediterrâneo, era constituída por uma série de vales e despenhadeiros que vertiam para o mar. A região era fértil, nos recessos dos vales interiores, defendidos pelos montes contra os ventos secos da Arábia; nas encostas, pastagens abundantes alimentavam fartos rebanhos; nas montanhas

³⁵ MICHELET, Jules. Prefácio para *História da França*, para a edição de 1869. Apud BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 2003, p. 94-95.

vicejavam grandes florestas, onde abundavam preciosas madeiras de construção, tais como o afamado cedro do Líbano, o cipreste, o pinheiro e outras.

Ao longo da costa, de longe em longe, promontórios e ilhas formam portos naturais – onde, em sua maior parte, foram edificadas as cidades fenícias.⁵⁶

Consigliere Pedroso, autor do manual adotado na Escola Normal por Benevides, em 1888, considerava também os fatores geográficos como modificadores da história. Explicava:

(...) os climas, a raça, os alimentos, a posição geographica, a altitude, a natureza do solo, etc., etc., todas as circunstancias, enfim, que directa ou indirectamente teem acção qualquer sobre a natureza physica e moral do homem, entram como elementos modificadores em qualquer fenómeno social.

O estudo mesmo d'estes *modificadores* constitui hoje o objeto de uma nova sciencia – a mesologia – isto é, a sciencia do *meio*.⁵⁷

E especificava como esses elementos espaciais interferiam na história:

É por causa d'esta influencia que a posição geographica (em virtude da qual um povo ou estaciona junto a um mar, e como tal tem um estímulo perpetuo para a navegação, ou está encravado no interior de um continente e por isso esse estímulo lhe falta) é uma circunstancia que, de maneira directa, tem actuado sobre o andamento e o caracter da civilização de todos os povos da terra.

Nunca os fenícios teriam chegado a ser a nação navegadora por excellencia da antiguidade se, em vez da posição conveniente que para isso ocupavam junto a praias do Mediterraneo, se estivessem estabelecido, não diremos já nos planaltos da Ásia, mas pelo menos junto às costas do golfo Persico.⁵⁸

Introduzir a história dos povos com apresentação de seus territórios era frequente em outros manuais didáticos do século XIX e início do XX. Na bibliografia citada por Benevides, encontramos, no *Manual de História Universal*, de Consigliere Pedroso,⁵⁹ a mesma estrutura de subdivisões dos capítulos, iniciando com o “Território”. Também no *Compêndio de História Universal* redigido pelo padre Raphael Galanti,⁴⁰ havia essa preocupação em um subitem

⁵⁶ BENEVIDES, José E. C. de Sá e, *Revista de Ensino*, 1902, op. cit., p. 649.

⁵⁷ PEDROSO, Zófimo Consigliere. *Compêndio de História Universal*. Paris: Guillar, Allaud e Cia., 1884, p. 8.

⁵⁸ *Ibidem*, p. 16-17.

⁵⁹ *Idem*.

⁴⁰ GALANTI, padre Raphael M., op. cit., 1907.

denominado “País”; e no *Compêndio de História Universal* do general português Raposo Botelho,⁴¹ os estudos dos povos iniciavam com sua “Geografia”.

No texto introdutório do livro de Raposo Botelho, o autor orientava como deveria ser o estudo da história, chamando a atenção para algumas práticas úteis ao ensino. Entre elas, recomendava: “para auxiliar a compreensão dos factos históricos, muito se recomenda ter sempre à vista a carta geographica correspondente ao paiz, cuja história se esteja estudando”.⁴² Em nota de rodapé, esclarecia que sobre o desenvolvimento da civilização de um povo atuavam diferentes fatores sociais e também geográficos, tais como a extensão, recorte do litoral, abundância de grandes rios, o clima, as produções naturais e a facilidade de relações com os povos vizinhos.⁴³

Todas essas preocupações geográficas, interferindo nas realidades históricas dos povos antigos, foram eliminadas na edição de 1912, da Francisco Alves, junto com muitos outros temas. É improvável justificar esses cortes por alguma motivação conceitual específica de mudança na linha historiográfica do autor. Todavia, é importante assinalar o fato de que, no final do século XIX e início do XX, o conhecimento histórico passou a ser fundamentado por outras correntes de interpretação e que, na bibliografia de Benevides, certos autores apontavam com outras possibilidades conceituais. Esse era o caso de Thomas Buckle, no livro *História da Civilização* (na Inglaterra),⁴⁴ que apresentava motivos para exaltar o desenvolvimento da Europa, como superior a qualquer outra civilização, relativizando o impacto do meio geográfico. Esse autor afirmava:

...a prioridade na marcha da civilização é incontestavelmente devida às partes mais férteis da Asia e da Africa. Porém, posto que sua civilização fosse a primeira a formar, muito lhe falta, seguramente, para ser a melhor e mais durável. Por circunstancias que logo exporei, o único progresso verdadeiramente effectivo depende, não da liberdade da natureza, porém da energia do homem. É por essa razão que a civilização da Europa, que, no seu primeiro período, era regulada pelo clima, tem mostrado uma capacidade de desenvolvimento, desconhecido a essas civilisações que provinham do solo. Com efeito, as forças da natureza, apesar de sua apparente grandeza, são limitadas e estacionarias...⁴⁵

⁴¹ BOTELHO, José Nicolau Raposo. *Compêndio de História Universal*. 9ª edição. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1921.

⁴² Ibidem, p. 6.

⁴³ Ibidem, p. 7.

⁴⁴ BUCKLE, Henry Thomas. *História da civilização na Inglaterra*, vol. I. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900.

⁴⁵ Ibidem, p. 47.

Buckle afirmava que o espírito do homem europeu tinha subordinado a natureza à sua vontade, justificando estudos históricos mais centrados nas ações humanas e menos dependente de fatores geográficos.

Se... quisermos compreender a história de um país como a França ou a Inglaterra, deve então ser o homem o principal objeto de nosso estudo, porque sendo a natureza comparativamente fraca, cada passo dado para o grande progresso tem aumentado o domínio do espírito humano sobre as influências do mundo externo.⁴⁶

Na edição de 1912, o livro de Benevides silenciou sobre os aspectos geográficos. Ficaram só os textos em que o homem era o único protagonista da história das civilizações.

Hierarquias raciais

José E. C. de Sá e Benevides, seguindo suas referências bibliográficas, apresentou, nos materiais que escreveu, a ideia de que era necessário estudar quais eram os “elementos modificadores da história”. Ou seja, procurava apresentar quais fatores influenciavam a organização e a transformação das sociedades, expondo aos alunos a informação de que o estudo dessas circunstâncias constituía a “mesologia – ciência do meio em que se vive”. Por sua vez, os fatores mesológicos podiam ser “cosmológicos, biológicos e sociológicos”. Nessa linha, em texto presente na segunda edição do livro, Benevides afirmava que “as influências do clima, da alimentação, da natureza do solo, etc., produziram” as variedades físicas entre os homens e as diferenças entre as “raças”, que eram decisivas para construção ou não de sociedades civilizadas.⁴⁷ Acreditava, como outros, que o valor atribuído às raças estava na sua ação transformadora da história, pensando os empreendimentos civilizatórios a partir de uma perspectiva europeia da relação entre o homem e a natureza. Assim, pensava que a raça histórica por excelência era a raça branca, ou seja, o europeu. Essa ideia era também recorrente entre diferentes autores citados em sua bibliografia, sendo literalmente reproduzida por Benevides.

As raças extremam-se, atendendo à somma de caracteres constantes ou transmissíveis hereditariamente que nos aparecem em certos e determinados grupos humanos com relação aos demais. A reunião d'estes caracteres, que se encontram exclusivamente

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ BENEVIDES, José E. C. de Sá e, op. cit., s/d, p. 17.

num grupo e que o separam dos restantes, é a característica ethnica ou de raça, e esta característica constitue em modificador importante dos factos históricos. Assim, a raça negra nunca logrou constituir nenhuma grande civilização; e por outro lado somente os povos de raça branca conseguiram elevar-se até à concepção da verdadeira sciencia.^{48 49} Das raças humanas, (...) nem todas tem importância do ponto de vista histórico: assim, a raça negra ainda não conseguiu elaborar nenhuma civilização digna de menção; a vermelha vai extinguir-se, sem que haja produzido mais de que as isoladas civilizações incas e astecas, no Peru e no México; a amarela, que constitui a Ásia Oriental uma nação importante, a China (...); a raça branca, pelo contrário, essa é a que tem elaborado a série mais completa e duradoura das civilizações, e por isso é também aquela que mais importância histórica oferece.⁵⁰

... é a branca a raça histórica por excelência: forneceu os povos que tem sido e ainda são os mais ativos operários da civilização.^{51 52}

O argumento de que a raça branca devia ser considerada mais civilizada incluía também a ideia de atribuir imperfeições aos outros povos, já que se acreditava que ainda não tinham alcançado determinados graus de “progresso”. Oliveira Martins explicava assim:

Partindo do ínfimo selvagem, quase besta, para o homem superiormente culto, podemos formar uma verdadeira serie de graus de capacidade étnica: e tomando a civilização nos seus rudimentos, deixando-a no seu supremo estado atual, podemos também formar outra serie de estados ou momentos de desenvolvimento.⁵³

Como a “raça branca” era entendida como a mais civilizada, sobre ela o autor dedicou estudos mais específicos, identificando suas principais subdivisões (chamitas, semitas e arias) e localizando-as em seus territórios e os povos seus descendentes. A história estudada no livro ficou assim centrada nos europeus. E, por ser esse o conteúdo ensinado para alunos e alunas do curso normal em São Paulo, era também essa a história do passado dos brasileiros.

Nas diferentes versões das lições publicadas por Benevides, o livro de 1912 é o que menos ênfase apresentava para qualificação de hierarquias entre os povos, sem, contudo, abandonar a ideia das relações de superioridade e inferioridade.

⁴⁸ PEDROSO, Zófimo Consigliere, op. cit., 1884, p. 18.

⁴⁹ BENEVIDES, José E. C. de Sá e, op. cit., s/d, p. 17.

⁵⁰ BOTELHO, José Nicolau Raposo, op. cit., 1921, p. 11.

⁵¹ CROZALS, J. de. *Histoire de la civilisation*, tome premier. 7^a édition. Paris: Librairie Ch. Delagrave, s/d, p.24.

⁵² BENEVIDES, José E. C. de Sá e, s/d, p. 17.

⁵³ MARTINS, J. P. Oliveira. *As raças humanas e a civilização primitiva*. 8^a edição aumentada. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira – livraria editora, 1905, p. 61-62.

ridade entre raças, religiões e civilizações. Na sua conclusão final da história da humanidade, recorrendo a outro autor de sua bibliografia (Charles Seignobos), não hesitou em incluir seus leitores brasileiros nessa trajetória de uma única direção, comandada pela Europa, a ciência, a indústria, o internacionalismo (apesar das divisões e conflitos entre os estados nacionais) e o cristianismo:

Somos, irresistivelmente, levados a considerar única verdadeira a civilização europeia, que é a nossa, e a esperar que ella absorva ou rechace as suas rivais. (...)

Com relação às forças diretrizes da sociedade contemporânea, são ellas a sciencia e a indústria nas suas variadíssimas aplicações. (...)

O mundo civilizado acha-se, pois, entre duas correntes opostas: a civilização comum crêa uma corrente *internacional*, que leva os povos a sentirem-se solidários e a aproximarem-se; as rivalidades e os ódios crêam uma corrente *nacional* que leva os povos a isolarem-se e a tratarem-se como inimigos. (...) A unidade futura não consistirá em suprimir as nações – e sim, na sua ligação, pela restauração do reino social de Christo.^{54 55}

História universal e história da civilização

Ivor Goodson defende a ideia de que uma análise da história dos currículos deve tentar captar as rupturas e as grandes discontinuidades, as propostas vencedoras e oficialmente consolidadas, como também aquelas que fracassaram em função dos embates políticos e sociais.⁵⁶ Nessa perspectiva, é possível questionar as razões que instigaram o professor José E. C. de Sá Benevides a modificar para História da Civilização, ainda no século XIX, o título dado à disciplina de História Geral que ministrava na Escola Normal de São Paulo, e, posteriormente, também no seu livro, quando a tendência da época era denominá-la como História Universal.

Os nomes das disciplinas escolares podem ser indícios, sinalizadores, de um processo de transformação no currículo da disciplina. E, nessa perspectiva, é importante perseguir esses sinais, analisar as razões da mudança na denominação e se ela correspondia a certos embates entre linhas de análise históricas, modificações nas finalidades da disciplina escolar, concepções teóricas e didáticas em transformação e revisão do conhecimento a ser ensinado.

⁵⁴ SEIGNOBOS, Charles. *Compêndio da História da Civilização*. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves; Paris/ Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 1918, p. 285 e 289.

⁵⁵ BENEVIDES, José E. C. de Sá e, op. cit., 1912, p. 237-238.

⁵⁶ GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. 9ª edição. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p. 28.

Na legislação e nos programas das escolas secundárias brasileiras, no século XIX e XX, a disciplina que correspondia à História Geral tendeu a ser nomeada de História Universal. Esse foi o caso dos programas do Colégio Pedro II até 1920;⁵⁷ do programa das escolas normais do município da Corte de 1879;⁵⁸ e do que foi estabelecido na reforma curricular do governo federal de 1925.⁵⁹ Na Escola Normal da capital, em São Paulo, o mesmo título apareceu na cadeira docente em 1875, 1876 e 1888. Mas, nas lições de Benevides de 1902, o nome dado era História da Civilização, correspondendo ao título do livro de Charles Seignobos, que ele adotava em 1894. Nos currículos federais, porém, essa mudança aconteceu em 1931, com a reforma de Francisco Campos, quando prevaleceu História da Civilização.

Qual, então, a diferença entre história universal e história da civilização?

Segundo Karl Löwith, a história universal decorreu de princípios filosóficos e históricos de diferentes pensadores. Um deles foi Bossuet (1627-1704), cuja obra tinha como pressuposto a ideia de que era a providência divina que intervinha nos acontecimentos humanos e que era preciso olhar a história a partir de uma grande distância, de um ponto de vista da fé. Nessa perspectiva do olhar, era possível organizar uma história universal de heranças dos povos, desde a criação do mundo até o Sacro Império romano de Carlos Magno. A história, assim, tinha um sentido sagrado de mostrar que a história dos impérios servia à Igreja cristã. Segundo Bousset, “não existe poder humano que não contribua, voluntariamente ou não, para os desígnios alheios. Só Deus sabe como conformar tudo à sua vontade...”.⁶⁰

Voltaire (1694-1778) iniciou seus estudos da história universal a partir de Bossuet. Mas enfrentou o dilema de conciliar a história cristã com o novo conhecimento sobre a China, que despontava “no horizonte do ocidente cristão através de missionários franceses, que ficaram profundamente impressionados pela antiguidade e excelência da cultura chinesa e a moral confuciana”.

⁵⁷ GASPARIELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Igru, 2014, p. 227-228.

⁵⁸ BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primario e secundario no município da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

⁵⁹ BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

⁶⁰ BOUSSET, apud LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, 1991, p. 145.

Voltaire estudou as sociedades antigas – chinesa, indiana, persa, árabe, romana – com um olhar de desafio às tradições bíblicas, procurando documentar a história, separar o secular do sagrado e interpretar os acontecimentos “pelo padrão da razão humana comum”. A ideia de que a história tinha um sentido permaneceu, mas Deus foi retirado da história, sendo ela movida agora pela razão e o progresso.⁶¹ Segundo Karl Löwith, *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações* (1756) de Voltaire foi a primeira “filosofia da história”.

As obras de Hegel (1770–1831) e de Comte (1798–1857) estavam imbuídas de filosofias históricas, através de sentidos para a história humana em processo de evolução contínua dirigida para um fim. Ambos foram influenciados pelo impacto revolucionário da Revolução Francesa, ao mesmo tempo em que introduziram um elemento de estabilidade nas mudanças modernas e progressistas. Em Hegel, o caráter absoluto do espírito refletia a finalidade da razão cristã. Em Comte, era a força da ordem que prevalecia, deixando de desvendar a realização providencial divina, para estudar a história da civilização, cuja verdade era entendida como relativa por estar relacionada com as mudanças de condições e situações. Ao mesmo tempo, o relativismo das diferentes condições históricas estava ligado por uma lei suprema de evolução progressiva, de desenvolvimento e progresso, que conduzia a história através de fases de amadurecimento, em direção a uma fase final, que correspondia às conquistas científicas da civilização ocidental. Para os dois pensadores, a história universal dava origem e se concentrava na raça branca e no Ocidente cristão. Segundo Karl Löwith, para esses dois autores, só a civilização ocidental era considerada especificamente dinâmica, progressista e universal no seu zelo missionário.

Mas, enquanto Hegel compreendia ainda a prerrogativa do Ocidente como consequência da sua qualificação cristã, Comte procura explicá-la de uma forma verdadeiramente positivista, através das condições físicas, químicas e biológicas da raça branca.⁶²

Nessa linha de interpretação histórica, havia, na bibliografia de Benevides e também muito presente em seus textos, a obra *Manual de História Universal* (1884) de Z. Conciigliere Pedroso para uso didático, orientada para os liceus portugueses. Esse autor defendia a história como a ciência que estudava os fatos ocorridos nas sociedades humanas civilizadas e as leis que a re-

⁶¹ VOLTAIRE, apud LÖWITH, Karl, *ibidem*, 1991, p. 108–111.

⁶² LÖWITH, Karl, *ibidem*, 1991, p. 75.

giam. Assim, era positivista e seguia a linha da filosofia da história. Deduzia o método de estudos históricos a partir dos métodos utilizados nas ciências naturais, propondo comparações entre os acontecimentos. Alegava também que não bastava coletar e narrar os fatos, mas sim investigar as relações entre eles e as leis que os governavam. Acreditava ainda que o homem, como ser natural e social, recebia influências de todas as circunstâncias, e que elas atuavam como elementos modificadores da história. Para ele, a história somente se ocupava de povos cuja civilização contribuiu diretamente para a civilização moderna. Uma das principais fontes documentais que utilizava em seu livro era a Bíblia.

Outro historiador nomeado nas fontes de Benevides foi Louis Bourdeau, que afirmava que para a história ser considerada uma ciência tudo ainda estava para ser feito. Era necessário definir seu objeto, seu método e ter leis que pudessem organizá-la. Sua intenção, em seu livro, foi então definir esses elementos que contribuíssem para que a história pudesse ser considerada como ciência. Com esse desígnio, questionava: qual a definição de história? E respondia que seu objetivo era entender claramente a universalidade dos fatos, procurando estabelecer uma base ampla de conhecimento da humanidade, incluindo todos os seres humanos, e não exclusivamente os famosos, estadistas ou heróis; e todos os fatos, tanto os transitórios como também os regulares e contínuos. Para Bourdeau, enquanto os fatos singulares só tinham um valor circunscrito, os eventos regulares eram mais importantes por serem gerais e permanentes, sendo coerente entendê-los como os verdadeiros objetos de estudos científicos. Quanto ao método, este deveria ser racional, procurando abarcar a totalidade do objeto, sendo dividido sistematicamente para estudo de suas partes, sem, contudo, perder a visão geral de suas relações, sua lógica e seu conjunto. Quanto às leis, apresentava a lei da ordem, da regularidade dos fenômenos sociais; lei das relações entre os acontecimentos, construindo cadeias de semelhanças e de causalidades; e lei geral do progresso, de evolução progressiva da humanidade. Por ter defendido a aproximação da história com as demais ciências naturais, mesmo considerando suas particularidades, Bourdeau tem sido apresentado pelos historiadores contemporâneos como um seguidor de Auguste Comte. Segundo Guy Bourdê e Hervé Martin,⁶⁵ Bourdeau apresentava os estudos históricos

⁶⁵ BOURDÊ, Guy & MARTIN, Hervé, op. cit, 2003, p. 113.

em um plano filosófico – a ciência do desenvolvimento da razão – contendo princípios de uma filosofia da história.

Muitos outros autores de livros de história universal estavam na bibliografia de Benevides, e também aqueles cujas obras recebiam o título de história da civilização. Entre os últimos estavam Henri Thomas Buckle, Charles Seignobos, Godefroid Kurth (1847–1916) e Joseph Crozals (1848–1915).

Como já vimos, Henri Thomas Buckle defendia a ideia de que existiam leis na história, assim como nas outras ciências, que regulavam as ações humanas. Acreditava que determinados povos eram regidos por leis naturais, mas os europeus conseguiram avançar mais porque eram geridos por leis mentais que, segundo ele, eram as grandes reguladoras do progresso. Defendia uma escrita da história que explicitasse o progresso humano, que generalizasse os fenômenos históricos, em vez de tratar de fatos particulares e fúteis, como intrigas da vida privada dos reis ou de longas descrições de batalhas.

Por sua vez, Godefroid Kurth, professor belga com formação na França, escreveu *Les origines de la civilisation moderne* (primeira edição de 1886). Neste livro, defendia a ideia de que a civilização e o cristianismo eram inseparáveis. Realizou estudos da sociedade romana e medieval, concluindo que, com Carlos Magno, finalmente a Europa havia constituído a sociedade cristã.

Joseph Crozals escreveu *Histoire de la civilisation* (primeira edição de 1886). Muitos dos seus textos foram reproduzidos por Benevides sem identificação autoral. De modo amplo, defendia a filosofia da história por ter conseguido conciliar a teologia com a razão científica, acreditava que a humanidade estava dividida em raças, que a raça branca era superior e era ela a construtora da civilização.

Na França, a partir da metade do século XIX, uma linha diferente de interpretação da história consolidou novas premissas e objetividades para as investigações científicas. A chamada história metódica impôs pesquisas afastadas de qualquer especulação filosófica e procurou estabelecer uma objetividade absoluta aplicando técnicas rigorosas de respeito às fontes documentais. Os historiadores dessa linha eram positivistas que participaram da reforma do ensino superior francês, ocuparam cátedras em novas universidades, redigiram grandes coleções de história e elaboraram obras para as escolas primárias e secundárias. Entre eles estava Charles Seignobos (1854–1942).

A obra de Seignobos, *Histoire de la civilisation* (1886), estava indicada na bibliografia de Benevides e seus manuais consultados em 1894 na Escola

Normal. Segundo Guy Bourdé e Hervé Martin,⁶⁴ Seignobos foi adepto da escola metódica, com inspiração nos trabalhos do alemão Leopoldo Von Ranke (1795–1880), defendendo estudos históricos científicos empiristas e negando referências às filosofias positivistas, afastando assim qualquer especulação a respeito da natureza ou leis das sociedades. No livro *Introduction aux études historiques* (1898), de Charles-Victor Langlois (1863–1929) e Charles Seignobos, os autores explicam que discordavam do que se chamava de filosofia da história, que construía para ela sentidos e finalidades. Valorizavam, por sua vez, estudos com um método próprio e distinto de outras ciências, com a exigência de que toda história, para ser escrita, dependia de procedimentos racionais, baseados nas particularidades do conhecimento histórico. Nessa perspectiva, os estudos históricos deveriam se sustentar em documentos, que precisavam ser analisados criticamente (com análise externa e interna), sendo indicados os locais onde podiam ser encontrados. Além disso, o texto final deveria ser claro, bem escrito e didático.

Benevides efetivamente escreveu seu livro apoiado nesses diferentes autores, de variadas linhas de interpretação históricas. Mas, por sua conta, fez as sínteses e defendeu a ideia de que a história tendia a um aperfeiçoamento progressivo dos povos, associado à expansão da civilização europeia, que criava uma unidade no modo de vida no mundo inteiro, por meio da difusão da ciência, da técnica, da indústria, da democracia (2ª edição) e, fundamentalmente, do cristianismo.

Christianismo e civilização são dous termos equivalentes (...) na actualidade (...) todo o mundo conhecido se acha reunido sob o estandarte christão (...) O mundo, na verdade, tende a se unificar (...) só na Igreja-catholica pode encontrar o princípio de uma intima e duradoura unidade.⁶⁵

Para esse autor, essa expansão do modo de viver, pensar e crer europeu era sinônima da cultura moderna. E a ciência e a religião não estabeleciam contradições. Os diferentes modos de pensar e explicar os fenômenos podiam ser conciliados. E isso era necessário ser esclarecido, considerando que ele era um professor de uma escola pública, em um país republicano, com uma educação laica. Valores cristãos não poderiam ser apresentados como conflitantes com a ciência positivista.

⁶⁴ Idem, p. 113.

⁶⁵ BENEVIDES, José E. C. de Sá e, s/d, p. 309.

Na sua versão de 1912, copiando quase literalmente o texto e as ideias do historiador francês Charles Seignobos,⁶⁶ defendeu a opinião de que o mundo civilizado contemporâneo, que deveria tender a ser unificado, achava-se entre duas correntes opostas: a civilização comum e as rivalidades e os ódios que criavam sentimentos nacionais (fruto dos estados nacionais), que induziam os povos a se isolarem e a se tratarem como inimigos. Porém, Benevides foi além. Defendeu suas próprias crenças. Mesmo tendo sido subtraída grande parte dos ensinamentos cristãos da versão de 1912, escreveu, na última frase do livro, que, mesmo nesse contexto de conflito, a ligação entre as nações iria se constituir pela “restauração do reino social de Christo”.⁶⁷

Considerações finais

A comparação das diferentes publicações de Benevides favoreceu compreender a complexidade do trabalho de um autor de livro didático, envolvendo o tratamento dado a ele, as intervenções editoriais, as transformações teóricas no conhecimento de referência da disciplina escolar e as interferências das transformações políticas e sociais da época. Ao mesmo tempo, a comparação permitiu entender a presença de inúmeros autores falando na obra de um autor, mesmo sem serem nomeados. E ainda evidenciar os conflitos de um contexto de mudança na política brasileira e como afetavam o autor, motivando-o a defender e disseminar valores a respeito do significado da história, dos povos e também dos brasileiros, inseridos (e ausentes) da história predestinada por ele contada.

A crença de que a modernidade avançava, ou ao menos que ele a aceitava como mudança, provavelmente motivou Benevides a abandonar a história universal.

Abolida a idéia, já hoje depreciada, de uma *Historia Universal*, é conhecida a tendência actual no ensino para transformar-se a velha história das batalhas e das datas em *Historia da Civilização*.

Exige-se, modernamente, a informação minuciosa dos costumes, do viver, do pensar, do crêr das gerações passadas; o conhecimento cabal da existência simultânea e das relações reciprocas das classes superiores, médias e inferiores, em que as sociedades se

⁶⁶ SEIGNOBOS, Charles, op. cit., 1918, p. 289.

⁶⁷ BENEVIDES, José E. C. de Sá e, 1912, p. 238.

dividiam; o painel exacto e colorido, enfim, do que foram ellas com seus matizes, suas condições, suas paixões e seus peculiares.⁶⁸

Efetivamente, em seu livro, as histórias dos povos foram apresentadas a partir de temas mais gerais, focando principalmente as atividades econômicas, a arte, a religião, os costumes, sem abandonar de vez os governantes. E, nesse sentido, Benevides escreveu um livro distinto dos manuais de história universal, valorizando outros fatos e protagonistas, agora em dimensões mais coletivas, mas sem romper plenamente com suas crenças cristãs. Ele encontrou, a partir dos autores que leu e dos quais se apropriou, um modo da modernidade conciliar a história, a ciência e a religião.

Referências bibliográficas

- BENEVIDES, José E. C. de Sá e. Lições de História da Civilização. *Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, n. 1, 2 e 3, ano I, 1902, p. 234-246; 433-445; e 649-660.
- _____. *Lições de História da Civilização*. São Paulo: Typografia Andrade & Mello, 1903.
- _____. *Lições de História da Civilização*. 2ª edição. São Paulo: N. Falcone & C. Editores, s/d.
- _____. *Lições de História da Civilização*. 3ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves, 1912.
- _____. *Lições de História do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves, 1912.
- _____. *Resumo de História do Brasil*. 7ª edição. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves, 1911.
- BITTENCOURT, Circe. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, vol. 13, n. 25/26, São Paulo, p. 193-221, set/ago.dez 1993.
- _____. Autores e editoras de compêndio e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, vol. 30, n. 3, São Paulo, set/dez 2004, p. 475-491.
- _____. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOTELHO, José Nicolau Raposo. *Compêndio de História Universal*. 9ª edição. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira, 1921.
- BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Portugal: Publicações Europa-América, 2003.

⁶⁸ Ibidem, p. 4.

- BOURDEAU, Louis. *L'histoire et les historiens – Essai critique sur l'histoire considérée come science positive*. Paris: Ancienne Librairie Gerner Bailliére et Cie. Félix Alcan, Éditeur, 1888.
- BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primario e secundario no município da Côrte e o superior em todo o Imperio. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.
- BRASIL. Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a diffusão do ensino primario, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundario e o superior e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1910-1929/D16782aimpressao.htm. Acesso em: 27 de setembro de 2015.
- BRAZILIENSE, Américo. *Lições de História da Pátria*. São Paulo: Typographia da Província, 1876.
- BUCKLE, Henry Thomas. *História da civilização na Inglaterra*, vol. I. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre o campo de pesquisa, n. 2, *Teoria & Educação*, Porto Alegre, 1990, p. 177-229.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Tradução de Maria Helena Câmara Bastos. *Revista História da Educação*, vol. 6, n. 11, ASPHE/FaE/UFPel/Pelotas, abr 2002, p. 5-24.
- _____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. Tradução de Maria Helena C. Bastos. *História da Educação*, vol. 13, n. 27, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, jan/abr 2009, p. 9-75. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>, Acesso em: setembro de 2015.
- _____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação & Pesquisa*, vol. 30, n. 3, São Paulo, FEUSP, set/dez 2004.
- O Correio Paulistano*, 4 de julho de 1907, p. 4. Compra de uma livraria. Acervo da Biblioteca Nacional Digital – Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.
- O Comércio de São Paulo*, 19/03/1903, p. 4. Lições de História da Civilização (anúncio). Biblioteca Nacional Digital – Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.
- CROZALS, J. de. *Histoire de la civilisation*, tome premier. 7ª édition. Paris: Librairie Ch. Delagrave, s/d.
- GALANTI, padre Raphael M. *Compêndio de História Universal*. 4ª edição. São Paulo: Duprat & Comp., 1907.
- GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundárias brasileira*. São Paulo: Igru, 2014.
- GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. 9ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

- KURTH, Godefroid. *Les origines de la civilisation moderne*. Tours: Alfred Mame et Fils Éditeurs, 1901.
- LANGLOIS, Charles-Victor & SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. 1^o édition librairie. Paris: Hachette, 1898.
- LÖWITH, Karl. *O sentido da história*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- MARTINS, J. P. Oliveira. *As raças humanas e a civilização primitiva*. 8^a edição aumentada. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira – livraria editora, 1905.
- MARTINS, Ritchie Soares Barbosa. *O ensino de história na Escola Normal de São Paulo (1880-1890)*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2013.
- PEDROSO, Zófimo Consigliere. *Compêndio de História Universal*. Paris: Guillar, Allaud e Cia., 1884.
- Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1902, n. 2 a 5.
- SÃO PAULO. Anuário do Ensino do Estado de São Paulo – 1907 e 1908. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira & C., 1908.
- SÃO PAULO. Lei n. 55, de 30/03/1876. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1876/lei-55-30.03.1876.html>. Acesso em: abril de 2016.
- SÃO PAULO. Relatório do diretor da Escola Normal. São Paulo: Typografia a Vapor de Vanorden & Comp., 1894.
- SÃO PAULO. Lei n. 130, de 25 de abril de 1880. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1880/lei-130-25.04.1880.html>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.
- SÃO PAULO. Lei n. 169, de 7 de agosto de 1893. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.
- SEIGNOBOS, Charles. *Compêndio da História da Civilização*. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte: Francisco Alves; Paris/ Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 1918.

Recebido: 05/04/2016 – Aprovado: 25/09/2016